

DADOS DA REUNIÃO			
<b>Assunto:</b>	13ª Reunião do ProBioCCS	<b>Data:</b>	18/03/2022
		<b>Horário:</b>	10h00 às 12h00
<b>1. PARTICIPANTES</b>			
<b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b> Fábio da Silva Vinhado (DBIO/SPG) – Coordenador Ágda Leles Zedes (SGM) Clayton de Souza Pontes Lorena Mendes de Souza Marco Antonio Barbosa Fidelis Mariana F. Carriconde de Azevedo (DBIO/SPG) Wilson Rodrigues Pereira (SGM)		<b>Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)</b> Darlan Silva dos Santos <b>Petrobras</b> Adriano do Couto Fraga <b>Universidade de São Paulo (USP)</b> Brenda Silveira Hirdan Katarina de Medeiros Costa Isabela Morbach	
<b>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)</b> Julio Cesar Candia Nishida Ronan Magalhaes Avila Tiago Machado de Souza Jacques		<b>Consultor</b> Milas Evangelista de Sousa <b>UNEM</b> Guilherme Nolasco Taiara Ruiz	
<b>Empresa de Pesquisa Energética (EPE)</b> Leonidas Bially Olegario do Santos Rafael Barros Araujo		<b>ÚNICA</b> Luciano Rodrigues	
<b>2. Abertura</b>			
<p>A reunião foi gravada.</p> <p>Lorena Souza (MME), Coordenadora-Geral do RenovaBio no DBIO, abriu os trabalhos dando as boas-vindas a todos e apresentou a pauta da reunião:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação das Ata da 11ª e 12ª Reunião do Subcomitê ProBioCCS; e</li> <li>- Avaliação do texto da minuta de PL do Combustível do Futuro.</li> </ul>			
<b>2.1 Aprovação das Atas da 11ª e 12ª Reunião do Subcomitê ProBioCCS.</b>			
<p>Fábio Vinhado (MME) informou que o primeiro item da pauta seria a aprovação das atas da 11ª e 12ª reunião, realizadas em 14/12/2021 e 14/01/2022 respectivamente, não havendo manifestações contrárias, a atas foram aprovadas.</p>			
<b>2.2 Elaboração do relatório.</b>			
<p>Fábio Vinhado (MME) lembrou que o prazo para entrega do relatório é em fevereiro e que o mesmo não precisa estar com o formato completo de uma AIR, mas que serão incluídos alguns itens. Informou que estaria de férias nas próximas 2 semanas e que os colaboradores podem continuar incluindo suas contribuições normalmente por meio do link enviado. Depois de avaliado, será circulado para os demais participantes fazerem sua contribuição em um prazo de 15 dias.</p>			
<b>2.3 Avaliação da minuta de PL do Combustível do Futuro.</b>			
<p>Antes de dar sequência à avaliação da minuta de PL, Lorena Souza (MME) contextualizou brevemente a proposta de PL do Comitê Técnico Combustível do Futuro, que trará um capítulo para a atividade de CCS em uma forma mais reduzida para facilitar sua passagem pelo congresso nacional ainda neste primeiro semestre de 2022. Projetou a minuta de texto para discutir ponto a ponto e explicou que deixou em destaque todas as contribuições que já foram acrescentadas à proposta após a avaliação deste subcomitê.</p> <p>Milas Evangelista (Consultor) informou que havia encaminhado a Fábio Vinhado (MME) uma proposta com algumas sugestões de alteração. Dentre elas, sugeriu que seja definido o que seriam as áreas sob contrato e que sejam incluídas as áreas objeto de direitos minerários outorgados, para ampliar além das questões de</p>			

petróleo, as áreas de mineração também.

Voltando ao capítulo que traz as definições do PL, Lorena Souza (MME) identificou então a necessidade de inclusão desta definição e do ajuste de alguns termos que foram ajustados no texto. Sobre a inclusão das áreas objeto de direitos minerários outorgados, demonstrou preocupação de se responsabilizar a ANP por algo que ela não tem atribuição direta.

Wilson Pereira (MME) lembrou que a bibliografia sobre o tema cita a possibilidade da estocagem de CO2 em outros tipos de formação geológica além das bacias sedimentares, desta forma, sugeriu o ajuste do texto, onde couber, para contemplar essas outras formações geológicas.

Ronan Ávila (ANP) chamou a atenção para o fato da disponibilização dos dados técnicos públicos não necessariamente ser de forma gratuita. Solicitou que onde couber no texto, fique claro que esse acesso aos dados deve estar de acordo com as normativas internas da ANP. Lembrou que esse acesso é regulamentado. Sobre a problemática de se incluir as áreas objeto de direitos minerários outorgados, acredita, que não seja o caso por ser de atribuição de outro órgão. Também acha interessante definir melhor quais seriam as áreas sob contrato.

Fábio Vinhado (MME) explicou que a maior dificuldade deste PL é alinhar como os 15 órgãos representantes do CT-CF e que não acha produtivo que se façam alterações que não são estritamente necessárias. Explicou que esse texto já passou por muitas discussões e que está alinhado com o que foi acordado por esses órgãos e pelo jurídico da Casa Civil, condição necessária para que a Casa Civil encampe esse PL para entrar via Presidência da República. Ressaltou também a preocupação de se garantir que a ANP consiga abarcar essas novas atribuições, principalmente relacionado a força de trabalho e recurso para fazer esse trabalho de forma adequada.

Ronan Ávila (ANP) corroborou esse apontamento de Fábio sobre a preocupação da diretoria da ANP.

Sobre o termo “bacias sedimentares” utilizados em algumas partes do texto, Tiago Jacques (ANP) explicou que existe uma predominância da atividade de CCS ser efetivamente realizada em campos depletados e em bacias sedimentares, então é o que está desenvolvido e tem um nível de maturidade tecnológica mais alta. Comentou que a ANP possui atualmente dados de bacias sedimentares e que se incluir outros tipos de formações geológicas, provavelmente terá um impacto grande futuro para a agência.

Isabela Morbach (USP) comentou que mesmo que não se inclua a parte das áreas objeto de direitos minerários outorgados, o texto pode melhorar, pois está confuso e limitador. Sugeriu que se defina melhor o que são essas áreas sob contrato e não contratadas.

Ronan Ávila (ANP) complementou que a ANP só regulariza ou produz dados para Petróleo e Gás em bacias sedimentares. Porém não vê como grande problema de se manter o termo “bacias sedimentares” ou de alterar para “formações geológicas” nesse artigo.

Sobre a nota técnica que acompanhará o PL, Fábio Vinhado (MME) informou que deverá trazer uma contextualização sobre a tecnologia de captura e estocagem de carbono e qual sua importância, além de uma fundamentação para explicar a escolha da ANP para regular a atividade.

Lorena Souza (MME) informou que iria fechar uma versão mais completa da nota para circular entre os participantes para contribuições. Ressaltou também que os trabalhos do subcomitê continuarão mesmo após essa entrega do PL.

Guilherme Nolasco (UNEM) se prontificou a apoiar na tramitação com a frente parlamentar.

Mariana Carriconde (MME) ficou de reenviar pelo chat e pelo grupo do whatsapp o link da nota técnica para que os participantes possam fazer suas contribuições ao texto.

Ronan Ávila (ANP) reforçou a necessidade de se aproveitar a oportunidade deste PL para reforçar o status da agência considerando esse incremento de atribuições. Como não está expresso neste PL nada nesse sentido, pediu um posicionamento por parte do MME para que seja levado à diretoria da agência. Neste sentido, Lorena Souza (MME) se comprometeu a levar esse assunto adiante e dar retorno o mais breve possível.

Dando continuidade às contribuições, Milas Evangelista (Consultor) sugeriu excluir no artigo 15º o termo “melhores” para as práticas da indústria e também no artigo 18º substituir o termo “perigo” por “dano”.

Lorena Souza (MME) explicou que consultaria sobre essa possibilidade de alteração de forma, uma vez que

# SUBCOMITÊ PROBIOCCS

## ATA DE REUNIÃO

não vê prejuízos em se manter o texto como está e por Fábio ter explicado que seria melhor alterar o mínimo possível no texto, considerando todas as dificuldades de alinhamento com os diversos órgãos envolvidos, em especial a Casa Civil.

Marco Fidelis (MME) pediu a palavra para explicar que mesmo o termo “melhores práticas” possa dar margem para uma avaliação subjetiva, de maneira geral, usar os termos “eficiente” e “melhores práticas” vai muito em linha com o que seria uma boa redação de Lei.

Lorena Souza (MME), se comprometeu novamente a levar as demandas do subcomitê adiante e trazer um posicionamento para o grupo. Agradeceu a participação de todos e não havendo mais manifestações, deu como encerrada a reunião.

### **PRÓXIMA REUNIÃO**

- Aprovação das atas das 13ª Reunião do Subcomitê ProBioCCS;
- Atualização de informações;
- Mapeamento de pesquisas prioritárias no âmbito do Subcomitê ProBioCCs que requerem fomento, para encaminhamento ao subcomitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).